

I- Editorial

A mais recente edição da revista *Mare Nostrum* é um volume especial. É o primeiro número da revista que foi planejado no formato dossiê e tem como tema os problemas acerca do Estudo da História Antiga no Brasil. Nossa intenção com esta edição foi trazer a público uma série de artigos sobre o lugar da História Antiga na sociedade brasileira atual, assim como sobre a atuação recente e futura dos especialistas no campo. Isso significa levar em consideração a presença da Antiguidade na nossa cultura e nas recentes configurações da nossa memória social e da nossa consciência histórica, seja no espaço acadêmico, seja no espaço escolar, seja na esfera cultural mais ampla e heterogênea da sociedade brasileira.

O estímulo inicial para a criação de uma edição com essa temática e que lidasse com estes problemas veio do debate acerca da presença da Idade Antiga e da Idade Medieval na primeira versão do Currículo de História apresentado como parte da Base Nacional do Currículo Comum, realizado de forma acalorada no final de 2015 e início de 2016. Um outro evento motivador, ainda no que toca a reflexão sobre o Ensino de História, veio das draconianas reformas do Ensino Básico, implementadas por meio de Medida Provisória pelo governo de Michel Temer em fevereiro de 2016 (um governo que, em virtude de ter chegado ao poder por meio de uma transição considerada ilegítima por alguns setores sociais, vem implementando reformas polêmicas como essa sem debatê-las com a parte da sociedade civil a qual ela afeta).

O dossiê *História Antiga no Brasil: Ensino e Pesquisa* está dividido em duas partes. A primeira parte apresenta quatro artigos que se concentram no tema da História Antiga na sociedade brasileira, no âmbito do Ensino e das modalidades de recepção e elaboração recente da Antiguidade no Brasil. A segunda parte do dossiê, na seção “Laboratório”, trata mais especificamente do perfil dos pesquisadores e dos professores do campo de História Antiga no Brasil.

O primeiro artigo desta edição, “Ensino de História, reformas do ensino e percepções da Antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira”, por Priscilla Gontijo Leite, lida com o ensino da História Antiga e os impactos possíveis da recente proposta de reforma na Educação Básica do

Governo Temer. A autora complementa a reflexão apontando para os usos (estereotipados) da Antiguidade no discurso dos agentes políticos que empreenderam o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, tanto no Senado quanto na Câmara, e alerta para a necessidade de um conhecimento democratizado e crítico sobre a Antiguidade para que ela não sirva à legitimação de um *status quo* conservador na realidade social brasileira.

O segundo artigo, intitulado “O Lugar da História Antiga no Brasil”, escrito por Gilberto da Silva Francisco, reflete sobre a posição ocupada pela História Antiga na produção de memória social no Brasil, lidando com as críticas (justas e injustas) ao caráter eurocêntrico das ideias de História e de Antiguidade. O autor também lida com os questionamentos recentes direcionados ao caráter universalista e civilizatório imputado à História Antiga, estabelecendo um diálogo entre um contexto de crítica do campo na recente produção internacional e a sua resposta a demandas específicas da sociedade e cultura brasileiras.

O terceiro artigo, “A BNCC e a História Antiga: Uma possível compreensão do presente pelo passado e do passado pelo presente”, de Ana Lucia Santos Coelho e Ygor Klain Belchior, também trata da forma com que as pesquisas em História Antiga vêm sendo associadas à realidade política brasileira e em que medida isso se conecta com o desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular e a exclusão da História Antiga do projeto inicial. A partir de um emprego engenhoso do conceito de *Anacronismo* e na concepção de tempo não linear, discutida por Bevernage e Lorenz, os autores estabelecem paralelos ideológicos e retóricos entre as críticas a Nero e o afastamento da Presidenta Dilma Lana Rouseff.

O quarto texto “Por uma didática da História Antiga no Ensino Superior”, de Fábio Augusto Morales, apresenta um conjunto de reflexões sobre o não diálogo entre a pesquisa em História Antiga e a reflexão sobre o Ensino de História. O autor examina cinco variáveis que afetam a elaboração da História Antiga e sua presença nas estruturas de cursos de graduação em História (seus objetivos, seus objetos, seus métodos e os repertórios de professores e alunos). Nesse sentido, o autor ainda defende que a História Antiga foi e é um campo fundamental para a reflexão sobre os fundamentos científicos da História e para criticar narrativas e paradigmas históricos velhos e novos.

Na seção *Laboratório* desta edição, o artigo “O Ensino e a Pesquisa em História Antiga no Brasil: Reflexões a partir dos Dados da Plataforma Lattes”, de Dominique Santos, Grazielle Kolv e Juliano João Nazário, serve de base para uma série de comentários, visando estimular uma reflexão crítica do estado atual da pesquisa em História Antiga no Brasil e seus desdobramentos. No artigo, Santos, Kolv e Nazário buscam realizar uma análise sistemática da produção acadêmica brasileira recente a partir dos dados fornecidos pela Plataforma Lattes, traçando a trajetória dos pesquisadores, tanto no que diz respeito aos interesses de pesquisa quanto nas suas práticas de orientação, de forma a esboçar um quadro dos temas e metodologias daquilo que tem sido pesquisado sobre História Antiga no Brasil nos últimos anos.

O primeiro comentador, Luís Ernesto Barnabé, busca estabelecer um diálogo entre as reflexões de Santos, Kolv e Nazário com o contexto de constituição da disciplina História ao longo da formação institucional do Ensino no Brasil entre meados do século XIX e inícios do XX, refletindo sobre as formas de apropriação local de produções oriundas da França, centro de produção cultural que influenciou profundamente os professores brasileiros nesse período. Já Rafael da Costa Campos em seu comentário pondera sobre as dificuldades e desafios institucionais, tanto no que diz respeito às modalidades da carreira de pesquisador e professor no Ensino Superior, às contradições oriundas da hiperespecialização na pesquisa e à demanda por um saber mais generalizado na docência, quanto no que se refere à necessidade de uma maior intervenção dos profissionais da área no debate público e no diálogo com a Educação Básica. Por sua vez, Alex Degan, perante o crescimento da área apresentado pelo texto principal, questiona os limites e a natureza dessa área no país, as possibilidades de crítica ao eurocentrismo a ela associado, assim como as suas conexões com regiões acadêmicas e não acadêmicas da consciência histórica na cultura brasileira. O comentário de Gilberto da Silva Francisco, por seu turno, estabelece um exame metodológico do estudo de Santos, Kolv e Nazário, questionando alguns dos critérios utilizados para o estabelecimento dos recortes da análise no que concerne à definição das áreas internas à História Antiga (Ocidente, Oriente, Grécia, Roma) e ao tipo de metodologia e referenciais teóricos, mas também no que diz respeito àquilo que os dados analisados não revelam (como a complexa interação com outras disciplinas, i.e., Arqueologia e Letras Clássicas). Juliana

Bastos Marques, em sua contribuição, resgata o processo de confecção da base de dados do Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH, uma das inspirações para o texto de Santos, Kolv e Nazário e avança hipóteses importantes em relação ao contexto europeu – relativamente recente – da clivagem entre Antiguidade “Clássica” e Antiguidade “Oriental”. Guilherme Moerbeck, por sua vez, reflete sobre a análise apresentada a partir do instrumental da sociologia dos intelectuais de matriz bourdiana, de forma a, por um lado, pensar a História Antiga em termos de um campo científico e aí identificar possíveis desafios institucionais, e pelo outro, refletir sobre as formas de diálogo com a Educação básica num registro mais rico do que a da antiquada ideia de “transposição didática”. Por fim, o comentário de Katia Pozzer considera o estudo dos currículos uma grande contribuição, mas chama a atenção para a necessidade de também se examinar esses dados a partir de uma perspectiva cronológica e pensar historicamente o desenvolvimento institucional da História Antiga no Brasil. Concluindo a seção, Dominique Santos, em sua tréplica, busca dar conta dos vários questionamentos e reflexões suscitados pelo texto original, apontando para a necessidade de mais investigações como esta, e que se empreendam investigações ainda mais capilares que demonstrem as desigualdades regionais no tocante ao campo de História Antiga no Brasil.

Este volume da *Mare Nostrum* se encerra com duas resenhas: a obra *Palmyra: Requiem für eine Stadt*, de Paul Veyne, por Jorge Steimback Barbosa Junior e *A Democracia Ateniense Pelo Averso: Os Metecos e a Política nos Discursos de Lísias*, de Fábio Augusto Morales, por Camila Condilo.